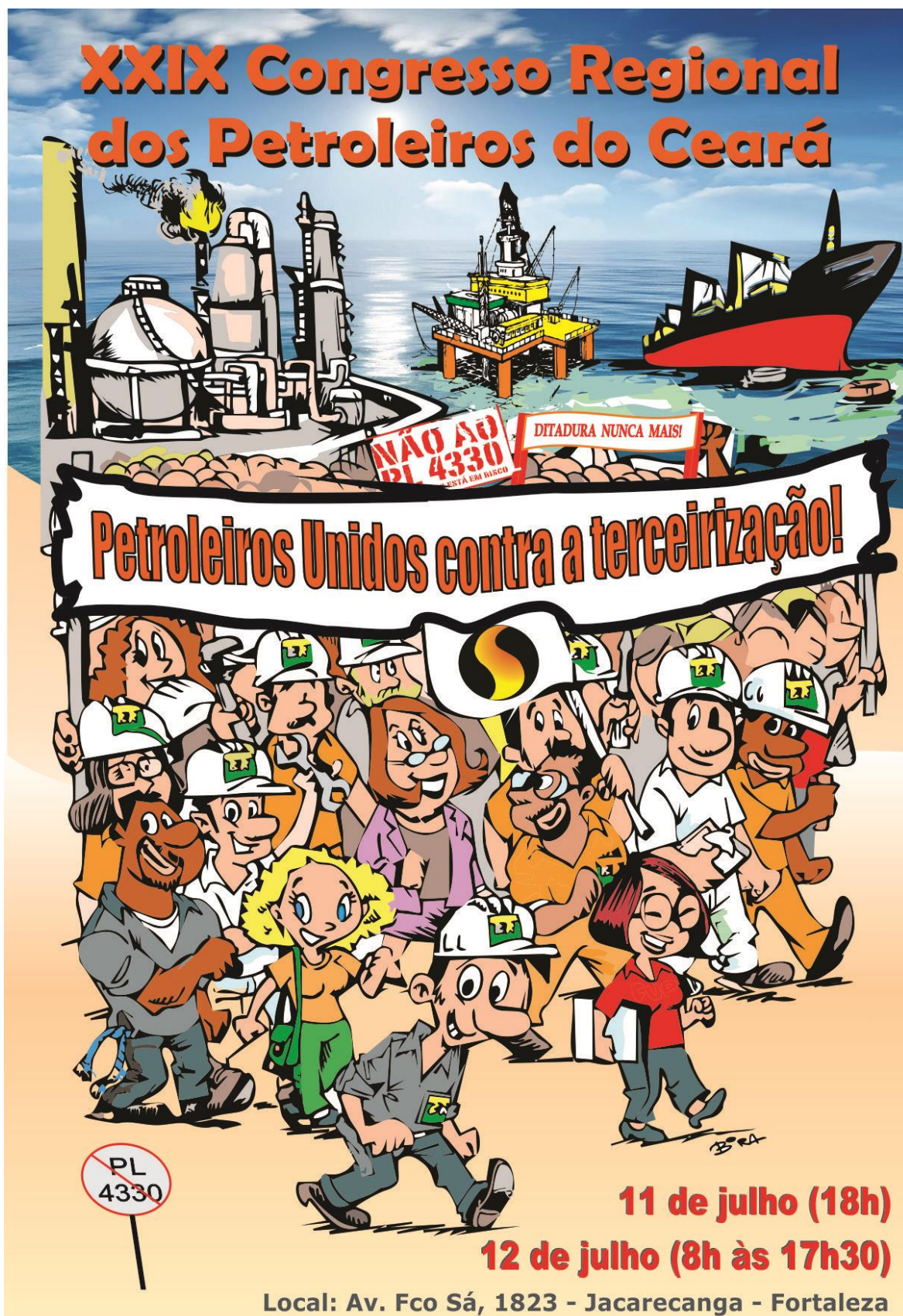


TESE DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DO CEARÁ E PIAUÍ
XXIX CONGRESSO ESTADUAL – 12 DE JULHO, FORTALEZA, CEARÁ.



XXIX Congresso Regional dos Petroleiros do Ceará

**NÃO AO
PL 4330**
ESTA EM MARCO

DITADURA NUNCA MAIS!

Petroleiros Unidos contra a terceirização!

11 de julho (18h)
12 de julho (8h às 17h30)

Local: Av. Fco Sá, 1823 - Jacarecanga - Fortaleza

PL 4330

1. CONJUNTURA

Crescimento capitalista aumenta submissão do Brasil ao capital estrangeiro

Em meio à profunda crise em que se encontra o sistema capitalista mundial e que se arrasta desde setembro de 2008, alguns países, mais precisamente China, Índia, Rússia e Brasil, os chamados Brics, têm obtido índices de crescimento econômico considerados elevados para os padrões capitalistas. É bom lembrar que tais taxas estão em clara rota de queda. Mesmo assim, no caso do Brasil, este crescimento levou o país a se tornar a sexta economia do mundo, ultrapassando Itália e Reino Unido.

Tal crescimento se deu a partir de 2002, quando foi eleito um ex-operário, Lula (PT), para a Presidência da República do Brasil, derrotando a direita representada pelo PSDB. Sua decisão de não realizar nenhuma ruptura com o sistema imperialista, no entanto, foi clara. Não reestatizou as empresas públicas privatizadas, garantiu os privilégios do grande capital financeiro e a livre ação dos monopólios internacionais na economia brasileira. Em 2010 foi eleita Dilma Rousseff (PT) como continuadora de Lula e manteve toda a política econômica do seu antecessor e ainda privatizou portos, aeroportos e o Pré-Sal.

Dito de outro modo, o crescimento econômico dos últimos doze anos não alterou a subordinação do Brasil ao grande capital financeiro internacional nem diminuiu o domínio dos monopólios internacionais. Excetuando os programas sociais que minimizaram as péssimas condições de vida do povo brasileiro, dentre os quais se destacam Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, bem como a elevação do Salário Mínimo, o nosso país continua com uma economia submetida aos interesses dos bilionários capitalistas. Na realidade, ocorreu um impressionante processo de desnacionalização e até de desindustrialização da nossa economia.

De fato, o alardeado crescimento tem sua principal base na exportação de matérias-primas e *commodities*, principalmente minérios e produtos agrícolas, e não em produtos industrializados e com tecnologia de ponta, muito menos está baseado na ampliação do mercado interno, haja vista o enorme endividamento da população e do Estado.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, as exportações de produtos básicos em 2012 representaram quase 45,5% das exportações brasileiras, enquanto as vendas externas de manufaturas foram menores de 38,3%. A involução é clara: pela primeira vez desde 1978, a exportação de produtos básicos superou a exportação de manufaturas.

Além desse crescimento baseado nas exportações de bens primários, de matérias-primas, se verifica também um processo de desindustrialização. Nos anos de 1980, a participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) era de 33%; hoje, não passa de 16%. Já a relação manufaturas-exportação, que chegou a 59% nesse mesmo período, estacionou em 40%.

Outra comprovação da desindustrialização da economia brasileira é revelada no aumento do déficit industrial do país. Entre 2005 e 2012, o déficit de bens industriais passou de um valor positivo de US\$ 31 bilhões para US\$ 50,6 bilhões de valor negativo. Vale dizer ainda que este déficit da indústria ocorre em setores de alta e média intensidade tecnológica, tais como indústria farmacêutica, bens de consumo, componentes eletrônicos, equipamentos de informática e escritório e instrumentos de precisão.

Na verdade, o Brasil vende 1,7 mil toneladas de soja ou 21,5 mil toneladas de minério de ferro para poder comprar apenas uma tonelada de semicondutores da China (*Retrato do Brasil*, nº 46). Tal fenômeno levou alguns economistas da Comissão Econômica para a América Latina da ONU (Cepal), a denominarem esse processo de “reprimarização” da economia, isto é, retorno ao modelo que caracterizou a exploração do Brasil e demais países latino-americanos durante o período colonial.

O professor de economia da Unicamp, Wilson Cano, autor de várias obras sobre a economia brasileira e latino-americana, resumiu assim essa situação: “Estamos cantando com a música chinesa. Cantando por exportar galinha e soja e minério de ferro. Mas isso nunca deu

futuro a ninguém. As lideranças aceitam que é muito bom ficar exportando essas coisas, mas esquecem que é uma regressão industrial". (Wilson Cano, *Folha de São Paulo*, 12/06/2011).

Enfim, o Brasil exporta cada vez mais matérias-primas e importa produtos industrializados. Sem dúvida, não temos aqui nenhuma característica de um país desenvolvido.

A subordinação do Brasil ao capital financeiro internacional

Apesar de ser a sexta economia mundial, o Brasil continua religiosamente remunerando o capital financeiro com altas taxas de juros (as maiores do mundo) e destinando anualmente cerca de 40% de tudo o que arrecada para pagar os rendimentos dos especuladores, donos dos títulos das dívidas interna e externa. Continua também privatizando e desnacionalizando suas empresas, permitindo livre circulação desse capital no país, sendo um dos países de onde as filiais das multinacionais mais remetem lucros para suas matrizes, e, cumprindo com zelo o papel de país fornecedor de matérias-primas e importador de produtos industriais. Ou seja, o Brasil é, sem dúvida, um dos países que está submetido a esse domínio mundial do capital financeiro. Provas não faltam.

O Brasil possui US\$ 368,7 bilhões em reservas internacionais aplicadas principalmente em títulos da dívida norte-americana. Diferente do que se apregoa, essas reservas, além de só serem suficientes para cobrir 60% das necessidades do País, não é prova de vitalidade da economia brasileira, mas antes um atestado claro da submissão ao sistema imperialista. Vejamos.

Os juros pagos pelo Governo dos EUA pelos títulos de sua dívida são apenas 0,25%; logo, essa aplicação nada rende ao Brasil, embora seja de grande importância para os EUA manterem seus gastos com guerras e subsidiarem seus bancos e monopólios quebrados. Ademais, para comprar esses dólares, as reservas, o Brasil vendeu títulos da sua dívida pública que são remunerados com taxas de juros de 11 % ao ano, a taxa Selic, fixada pelo Banco Central. Assim, com as reservas aplicadas em títulos norte-americanos, o país perde nada menos que US\$ 40 bilhões por ano.

Não há prova maior da subordinação e total dependência aos atuais países imperialistas do que socorrê-los à custa da miséria do seu próprio país.

A desnacionalização da economia brasileira, Dívida e remessa de lucros

Um importante aspecto da dominação do capital financeiro internacional sobre as nações são as dívidas externa e interna.

Pois bem, segundo a professora Maria Lucia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida do Brasil, o endividamento brasileiro está hoje em cerca de R\$ 3 trilhões e, em 2013, consumiu 42 % dos recursos do Orçamento da União. De fato, dados do próprio Banco Central revelam que os bancos nacionais e estrangeiros e os fundos de investimentos são donos de 76% dos títulos da dívida interna. Por sua vez, a dívida externa, além de não ter acabado, teve um aumento de 82%, 2009 para 2013, e atingiu US\$ 326,6 bilhões.

Também indicador do grau de dependência do Brasil frente ao sistema financeiro internacional é o crescimento das remessas de lucros para o exterior. O volume de recursos enviado ao exterior totalizou US\$23,8 bilhões, em 2013, com aumento de 107% em relação a 2006. A conclusão foi apresentada na Nota Técnica publicada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O volume de remessa de lucros e dividendos, quando desagregado por setor, apresenta o seguinte perfil: 56,4% da indústria; 40,8% dos serviços e 2,8% referem-se à agricultura, pecuária e atividade extrativa mineral. A indústria aparece com forte peso no montante total das remessas de lucros, com US\$13,4 bilhões em 2013, o que representa um aumento de 125% em relação a 2006. Quando analisada sob a perspectiva dos países destinatários, 55% das remessas de lucros e dividendos, em 2013, concentram-se em três direções: Países Baixos (23,07%); Estados Unidos (20,14%) e Espanha (12,41%). Assim ao mesmo tempo em que o País cresce sua

economia, cresce também a remessa de lucros para o exterior, comprovando o quanto é grande o domínio dos monopólios internacionais sobre a economia nacional.

Tem mais. Outro fator que comprova essa submissão é como a economia brasileira está sendo vendida aos capitalistas internacionais. Os dados divulgados pela empresa de consultoria KPMG mostram que as desnacionalizações de empresas brasileiras atingiram um novo recorde em 2012. O notável é que elas já haviam atingido um recorde em 2011 – e também em 2010. Em suma, a cada ano se aceleram as compras de empresas brasileiras por fundos ou empresas estrangeiras, a maioria com sede nos EUA (para que o leitor tenha uma ideia relativa: segundo o Censo de Capitais Estrangeiros do BC, as empresas dos EUA têm dentro do Brasil 3,4 vezes o que têm as empresas francesas, alemãs ou japonesas), com recordes batendo recordes anteriores. Em 2012 foram 296 empresas nacionais que passaram para controle estrangeiro. Em 2011, haviam sido 208 empresas nacionais. Em 2010, 175 empresas. Assim, o número de empresas desnacionalizadas aumentou, em relação ao ano anterior, sucessivamente: +92,3% (2010), +18,9% (2011), e, no ano passado, +42,3%. Ao todo, desde 2004, foram 1.296 empresas nacionais que passaram para controle estrangeiro, com as conhecidas e inevitáveis consequências da desnacionalização.

De acordo com dados da Conferencia das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Comércio (Unctad, sigla em inglês), o Brasil é o 5º maior destino de investimentos estrangeiros do mundo. Porém, além do capital investido em especulação, os outros setores que mais recebem este capital são o extrativismo mineral e de serviços e a aquisição de empresas.

A desnacionalização da economia brasileira é ainda evidenciada quando se observa que das 50 maiores empresas “brasileiras”, 26 são estrangeiras. Na realidade, mais da metade das empresas “brasileiras” de setores de ponta como automobilístico, aeronáutica, eletro-eletrônico, informática, farmacêutico, telecomunicações, agronegócio e minérios estão nas mãos do capital estrangeiro.

Ainda segundo o Censo do Capital estrangeiro no Brasil, o capital estrangeiro está presente em 17.605 empresas “brasileiras” que respondem por 63% do Produto Interno Bruto (PIB), e tem o controle de 36% do setor bancário e possui 25% das ações do Bradesco e 20% das ações do Banco do Brasil. (Nazareno Cordeiro, Instituto Latino Americano de Estudos Sócio Econômicos).

Ilusão de classe

Para atenuar esse domínio dos monopólios internacionais sobre a economia nacional, o Governo decidiu formar “multinacionais verde-amarelas”. Os grupos burgueses escolhidos foram aqueles que possuem um alto grau de influência no Governo. Para formar essas multinacionais, o Estado, além de financiar a fusão das empresas, torna-se sócio do projeto e articula os fundos de pensão estatais para fazerem o mesmo. Em outras palavras, o Estado atua como um verdadeiro comitê executivo da classe capitalista. Não se trata de algo novo, o mesmo foi e é feito por todos os governos capitalistas, da China aos EUA. Lembremos que na atual crise, os Estados retiraram mais de US\$ 30 trilhões dos cofres públicos para socorrer bancos e monopólios privados da quebra.

O resultado de tal política foi a formação e o fortalecimento de alguns monopólios privados em setores como a telefonia, aviação civil, frigoríficos, bebidas e etanol. Um desses monopólios verde-amarelos criados foi a empresa de telefonia Oi. O objetivo anunciado era competir dentro e fora do país com as multinacionais da Espanha, Portugal e Itália, que assumiram o controle da telefonia no País após a privatização. Para tanto, o Governo mudou a legislação existente e liberou financiamentos públicos a juros baixíssimos. Em 25 de abril de 2008, nasceu a nova Oi, união da Brasil Telecom com a Oi, a supertele verde-amarela, de propriedade dos empresários Carlos Jereissati e Sérgio Andrade e com 43,4 milhões de clientes. Para tal empreitada, a nova Oi, recebeu do BNDES R\$ 2,5 bilhões para viabilizar o negócio e R\$ 5 bilhões para financiar os investimentos da nova companhia.

Porém, como a burguesia “há muito jogou fora a bandeira da independência” e “vende os direitos e a independência da nação por dólares”, após dois anos, a Portugal Telecom adquiriu o controle da empresa brasileira comprando 22,4% das ações. (*Carta Capital*, 4/8/2011)

Outro caso de multinacional verde-amarela foi a Ambev. Em 1999, a Brahma e a Antarctica, anunciaram o nascimento da AmBev, uma gigante brasileira no setor de bebidas que começa faturando R\$ 10,3 bilhões por ano. A nova empresa chegou ao mercado como a terceira maior do mundo em produção de cerveja e dominando 70% do mercado brasileiro. Essa multinacional “brasileira” começou comprando outras empresas na América Latina, como a Quilmes, maior cervejaria Argentina, em 2002. Porém, em março de 2004, após várias trocas de ações e ativos entre a Ambev e a belga Interbrew, a multinacional Interbrew anunciou que era acionista majoritário da cervejaria brasileira, com 71% do capital votante e 51,6% do capital total.

Nova “traição nacional” financiada pelo Governo e, mais uma vez, o sonho de construir uma economia nacional soberana com a grande burguesia nacional vai por água abaixo.

A superexploração do trabalhador brasileiro

Em contraste com essa situação, temos a superexploração dos trabalhadores e grande parte da população vivendo na pobreza. Apesar do crescimento do emprego no país, o salário mínimo que deveria ser, de acordo com o Dieese R\$ 3.019,00 é de apenas R\$ 724,00, o equivalente a US\$ 322. É um salário menor do que o pago na Argentina (US\$ 475), Chile (US\$ 372) e Paraguai (US\$ 410). Além disso, o trabalhador brasileiro tem uma das maiores jornadas de trabalho do mundo quando se comparam os custos com salários no Brasil com os de outros países.

Para atenuar a miséria do povo, o Governo brasileiro vem desenvolvendo, desde 2004, o programa Bolsa Família, que garante às famílias que não têm condições mínimas de renda uma ajuda financeira mensal. Atualmente, 13 milhões de famílias, cerca de 70 milhões de pessoas, são atendidas pelo programa, que se destina a lares com renda per capita de até R\$ 140 - consideradas famílias em situação de extrema pobreza. Atualmente, cada beneficiário pode receber de R\$ 32 a R\$ 306 por mês. Em 2004, eram 5,5 milhões de famílias atendidas. Portanto, em vez de diminuir, cresce o número de famílias que por não terem trabalho e salário digno necessitam de uma bolsa do Governo para não passar fome. Mesmo assim, embora beneficie com esse pequeno valor milhões de pessoas, todos os dias os direitistas reacionários fazem questão de tentar a todo custo acabar com o Programa.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 16,2 milhões de brasileiros vivendo em situação de miséria, 8% da população. Destes, 11,4 milhões têm renda de R\$ 1 a R\$ 70 (US\$ 40) e 4,8 milhões não têm nenhum rendimento. Ademais, 79 milhões de pessoas se mantêm com renda familiar abaixo de R\$ 1.020 (US\$ 600), e 38% dos jovens vivem em situação de extrema pobreza; 50% da população não têm esgoto e 80 milhões vivem com remuneração abaixo de 700 dólares. Sete milhões de famílias não têm teto para morar e, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, o Brasil, em pleno século 21, possui 20 mil trabalhadores que atuam em condição análoga à escravidão.

Ao mesmo tempo, um minúsculo grupo de pessoas, donas dos principais monopólios industriais, comerciais e dos bancos, não para de enriquecer. Nesta última década, o faturamento das 200 maiores empresas brasileiras subiu 534% entre 2000 e 2010, alcançando uma receita bruta de R\$ 587,9 bilhões (US\$ 270 bilhões).

Como vemos, o crescimento econômico brasileiro recente segue inteiramente preso às cadeias do imperialismo mundial e subordinado ao capital financeiro internacional, e aprofunda a contradição entre uma minoria de ricos e a imensa maioria de trabalhadores brasileiros que sofrem com salários baixos e péssimas condições de trabalho.

Tal análise confirma que não é possível opor-se ao capitalismo apenas com reformas. É necessário modificar as bases do sistema, substituir o sistema por outro que seja oposto a este,

isto é, que em vez de se basear na propriedade privada dos meios de produção, se baseie na propriedade coletiva dos meios de produção.

Cresce consciência, Organização e Luta dos Trabalhadores

Para enfrentar todo esse dos capitalistas a luta dos trabalhadores no Brasil só aumenta. Para se ter uma ideia dessa realidade, o número de greves no país atingiu em 2012 o maior número (873) desde 1997, segundo balanço divulgado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Em relação ao ano anterior, o crescimento foi de 58%. A quantidade se aproxima dos primeiros anos do Plano Real – entre 1994 e 1996, o total de paralisações sempre superou mil. O número de horas não trabalhadas (86,9 mil) foi o maior desde 1991.

Dessas 873 greves, a maioria (461, 53%) foi feita no setor privado, com predominância da indústria (330, 37,8%). No segmento metalúrgico, o número cresceu de 60, em 2011, para 244, uma variação que o Dieese atribui, parcialmente, à “conjuntura de negociações” da categoria: “Em alguns ramos, no estado de São Paulo, a dinâmica da negociação da campanha salarial levou a categoria a buscar a negociação coletiva por empresa, o que resultou na deflagração pulverizada de greves”. Além disso, de 141 greves por participação nos lucros ou resultados (PLR) feitas na indústria, 113 ocorreram em empresas metalúrgicas. É bom destacar a importante greve realizada pela categoria petroleira no ano passado contra a entrega do Campo de Libra.

Porém, não parou por aí. Em 2013, o povo brasileiro fez história. Nesse último mês de junho, completou-se 1 ano das importantes e enormes jornadas de LUTA em nosso país. Toda rebeldia e indignação que levaram milhões às ruas continuam presentes e se aprofunda a conscientização da classe trabalhadora e da juventude brasileiras. É inegável a continuidade do crescimento das greves, ocupações e manifestações que, desde aquele período, sacodem os quatro cantos desse país. Desde a luta pelo salário passando pela crítica aos exorbitantes gastos da Copa do Mundo, o povo resiste ao domínio dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros.

Logo, um novo período tem se anunciado no país. Um momento de greves mais radicalizadas, de maior união da classe trabalhadora e de isolamento daqueles que teimam em não perceber as mudanças vindas das ruas.

Os petroleiros devem participar de todo esse processo de mudança apoiando outras categorias, unificando suas lutas, garantindo mais apoios aos movimentos sociais que crescem em nosso país. É dever de cada trabalhador, lembrar que somente com a UNIÃO e a LUTA conseguiremos verdadeiras mudanças no Brasil.

Privatização é responsável por corrupção na Petrobras

Desde que foi criada, em 1953, a Petrobras tornou-se uma das maiores responsáveis pelo investimento e desenvolvimento econômico no território nacional. O objetivo da sua fundação era elevar o Brasil a uma potência energética, dando-nos autonomia para o crescimento industrial e soberania para não dependermos de quaisquer “artimanhas” do altamente monopolizado mercado mundial do petróleo.

Diferentemente da atual situação do setor, quando surgiu, a Petrobras detinha o monopólio público de qualquer poço de petróleo encontrado no Brasil. Com o rápido crescimento da nossa produção, descobertas de inúmeros poços, expansão para áreas afins (ramos industriais) e desenvolvimento de tecnologias muito avançadas, a empresa passou a ser alvo da sanha do grande capital nacional e estrangeiro, o qual não poupou esforços para garantir parcelas cada vez maiores de privatização.

Durante a Ditadura Militar, iniciam-se os grandes golpes contra a empresa e, conseqüentemente, o *lobby* da corrupção. Em 1967, é assinado o Decreto nº 61.981, de 28 de dezembro, que autorizou a criação e funcionamento da primeira subsidiária da Petrobras, designada pela sigla Petroquisa, de Petrobras Química S.A., e concebida para ser uma *holding* de subsidiárias e de participações financeiras no desenvolvimento da indústria petroquímica.

O detalhe é que o decreto interpretava a lei nº 2004 e permitiu a associação da subsidiária com capitais privados nacionais e estrangeiros, deflagrando, do ponto de vista institucional, o processo que se corporifica hoje no chamado sistema Petrobras, um sistema em que a *holding* exerce atividades de monopólio, e todas as suas subsidiárias têm objeto social fora desse monopólio.

Foi a partir disso que grandes capitalistas se “aproximaram” da direção da Petrobras. Dentre eles, Henning Boilensen, então presidente do Grupo Ultragas, que articulou diversas parcerias com a empresa em benefício de seus capitais. O empresário, sádico e ultrarreacionário, foi denunciado pelo filme *Cidadão Boilensen* por ter financiado e assistido pessoalmente a sessões de torturas de revolucionários que lutavam contra o regime militar no Brasil.

Os contratos e parcerias fechados pelas subsidiárias passaram a ser claramente instrumentos de favorecimento de grupos privados, utilizando os altos volumes financeiros movimentados. A divisão era clara: parte fica com os empresários e parte ficava (e até hoje fica) com o dirigente corrupto. Ao mesmo tempo, os governos manobram a administração da empresa com distribuição de cargos e investimentos nos estados, bem como enriqueceram empresários após fechar contratos milionários.

Mas, o pior ainda estava por vir. Com a Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, quebrou-se o monopólio estatal e veio uma enxurrada de enormes casos de corrupção, dentre os quais se destacaram os leilões de bacias inteiras, sob a justificativa de concessões aos capitalistas internacionais; licitações manipuladas em benefício das grandes petrolíferas estrangeiras.

Segundo João Rodrigues Neto, professor e pesquisador do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), “essas são concessões de transferência do patrimônio público para o patrimônio privado, e essa perda de patrimônio para empresas estrangeiras gera uma divisão das reservas nacionais, que antes eram da Petrobras, comprometendo o futuro da empresa, que estava garantido”.

Como se sabe, tal política de privatização da Petrobras foi impulsionada principalmente a partir da Agência Nacional do Petróleo (ANP) comandada por Haroldo Lima, membro do Comitê Central do PCdoB.

Por outro lado, os atuais casos de corrupção tão repetidamente informados, especialmente pela imprensa golpista e pelos direitistas (em especial pelo PSDB, partido que implementou a lei lesa-

pátria de 1997) não passam de disco repetido de antigas práticas. Na verdade, ao incluir e manter a Petrobras no círculo lobista do mercado petrolífero, o atual e os antigos governos compactuam com os dirigentes corruptos, os quais são, na verdade, funcionários do capital. Infelizmente, por não ter controle social sob a administração da empresa, os petroleiros, funcionários responsáveis pelos grandes resultados da empresa, têm condições de evitar todos esses abusos cometidos.

Só há uma solução para evitar mais “Pasadenas”. Devolver a Petrobras a quem nunca se poderia ter tirado: O POVO BRASILEIRO.

SINDICALISMO

“A história de toda a sociedade até hoje é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, burgueses da corporação e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante antagonismo entre si, travaram uma luta ininterrupta, umas vezes oculta, outras aberta, uma luta que acabou sempre com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou com o declínio comum das classes em luta.” (Marx e Engels, Manifesto do Partido Comunista)

O movimento sindical vive um momento de ascenso nas suas lutas. Em 2010, foram realizadas 516 greves em todo o país; em 2011, 600 greves. Em 2012, o Brasil teve o maior número de greves dos últimos 16 anos: 873 paralisações, número que não era alcançado desde 1996, quando a pesquisa identificou 1.228 greves, informa o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Em 2013, o número de greves continuou crescendo. Um bom exemplo é a vitoriosa greve dos bancários. Há alguns anos era comum apenas a participação dos trabalhadores de bancos estatais. A greve teve total adesão da categoria, durou 21 dias e impôs uma dura derrota aos banqueiros.

Greves massivas como as da construção civil que envolveram milhares de operários e a dos professores, com grande repercussão em nosso país, demonstram os rumos que toma o nosso movimento. Os interesses da burguesia, enquanto classe, impõem uma exploração cada vez maior aos trabalhadores. São várias as tentativas de implementação de políticas nocivas, como as chamadas "flexibilizações das leis trabalhistas", incluindo o processo da terceirização, as privatizações de setores estratégicos como portos e aeroportos, além das rodadas de leilões dos campos petrolíferos. A classe operária percebe de forma cada vez mais clara que a reivindicação apenas por uma temporária melhoria salarial é uma forma limitada de luta e sente a necessidade de uma organização que possa enfrentar a política de favorecimento aos ricos.

Por isso, organizar os trabalhadores, não por profissões, mas como classe social capaz de interferir nos rumos de nosso país, que possa defender os interesses, não de uma categoria, mas de todos os proletários, através de ações que despertem um espírito combativo, a exemplo da greve dos petroleiros contra o criminoso leilão do campo de Libra, é uma exigência histórica para o movimento sindical.

Isso não quer dizer que as lutas e as greves locais não sejam importantes. Mais do que isso, elas são fundamentais para a união e o fortalecimento dos sindicatos. A greve dos trabalhadores da Cegas no mês de maio reafirmou o sentimento de unidade da categoria e preparou jovens trabalhadores para os futuros embates com a direção da Companhia. A possibilidade da interrupção do fornecimento de gás aos estádios durante a realização da Copa era de fato muito mais preocupante para a FIFA, que levou bilhões dos cofres públicos com a realização do evento, do que qualquer manifestação orquestrada pelos chamados “Black blocs”. Após três dias de paralisação a intransigência dos diretores foi derrotada e o reajuste definido será utilizado como ponto de partida para a próxima negociação, que já inicia no mês de agosto.

As vitórias e derrotas ensinam o caminho da luta, forjam novas lideranças e as coloca no lugar daquelas que cansaram ou que abandonaram o caráter combativo dos sindicatos. Prova disso são as greves dos garis e motoristas no Rio de Janeiro e São Paulo que aconteceram independentes das direções dos sindicatos.

Portanto, somente com união, organização e combatividade dos trabalhadores é que poderemos ter um movimento sindical que verdadeiramente se identifique com os anseios da classe operária frente as investidas dos capitalistas cada vez mais sedentos de lucro.

Direito da Mulher Trabalhadora

Salário igual e mais creches nas empresas

Além de trabalhar fora, a mulher TRABALHADORA ainda é a principal responsável pelo trabalho doméstico. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do IBGE, se o trabalho realizado principalmente por mulheres, em casa, fosse contabilizado pelo Produto Interno Bruto do país, nosso PIB aumentaria 10,3%. Segundo essa mesma pesquisa, as mulheres dedicam cerca de 20,9 horas semanais, além da jornada de trabalho, aos afazeres doméstico, porém, não recebem nada por isso.

Na realidade, essa dupla exploração da mulher favorece aos patrões. Isso porque eles não precisam investir em creches, em restaurantes e lavanderias coletivas, já que a mulher realiza tudo isso em casa e de graça.

Por outro lado e com parte dos problemas que sofrem as trabalhadoras, apenas 13 de cada 100 crianças tem vagas garantidas em creches. O cuidado com as crianças, que deveria ser uma tarefa coletiva, garantida pelo Estado, também recai sobre os ombros das mulheres, que devem se desdobrar para trabalhar, cuidar de casa e ainda conseguir um local em que seus filhos possam permanecer durante o período em que estão fora.

As mulheres trabalhadoras contribuem com seu trabalho para a construção de todo o país. Toda riqueza desta nação tem a marca de suas mãos e de seu suor: trabalham nos campos, plantando e colhendo os alimentos; trabalham nos supermercados, distribuindo esses alimentos; estão nas escolas, alfabetizando e educando os filhos e filhas da classe trabalhadora; e trabalham também em cada, alimentando a família e cuidando das crianças.

É preciso dar uma basta a tamanha exploração. Para isso, é fundamental que as mulheres trabalhadoras se unam e se organizem para lutar por seus direitos. Cabe ao movimento sindical consequente e às correntes verdadeiramente revolucionárias garantir às melhores filhas da classe condições objetivas para que estas possam estar à frente das principais lutas e também de suas entidades, conquistando cada vez mais espaço e formação.

A luta da mulher petroleira!

Atualmente as mulheres representam cerca de 51,1% da força de trabalho mundial e são 53,3% na América Latina. A mulher brasileira representa cerca de 51,50% da mão de obra e chefia cerca de 1/3 dos lares brasileiros. Apesar disso, ainda persiste a desigualdade salarial nos maiores postos de trabalho. Em média a mulher recebe 30% a menos que um homem desempenhando a mesma função. E em quase todas as profissões, sobram, para as trabalhadoras os trabalhos mais precarizados, ou considerados “socialmente femininos” a partir da demarcação de funções e desvalorização das tarefas, além da diferenciação dos salários entre homens e mulheres. Como se isso não bastasse, cumprem uma dupla, ou trila jornada, já que também enfrentam o trabalho doméstico e muitas vezes ainda precisam estudar e cumprir outras tarefas.

Infelizmente a participação da mulher na luta sindical ainda é pequena, apesar de termos tido avanços na sua participação. Mesmo com a criação das cotas de 30% para a participação nos sindicatos, percebemos a dificuldade de engajar a mulher na luta por melhores condições de trabalho e aumento de salários, devido

ao fato da luta sindical representar mais jornada de trabalho e da mulher não poder contar com uma estrutura que viabilize a sua participação.

No caso da mulher petroleira não é diferente. O direito de participar da operação de uma refinaria na Petrobrás veio através da luta. Mas, ainda hoje as petroleiras sentem na pele as diferenças do gênero. Na Petrobrás, mesmo com o aumento do ingresso de mulheres nos últimos anos, temos apenas dez mil trabalhadoras (15,6% da categoria). E apesar do ingresso ser por concurso, no dia a dia do trabalho é bem visível a desigualdade, aproveitada pela empresa para explorar ainda mais e obter mais lucros.

No caso das mulheres que trabalham em turno e embarcadas, estas ficam sujeitas a um regime com demandas específicas. Além de ter uma maioria de homens, as condições de trabalho criam uma maior divisão entre os próprios trabalhadores, subjugando a capacidade nos horários de folga, no caso das embarcadas. Ter a possibilidade de trabalhar em áreas industriais não é suficiente, é preciso adequar as áreas operacionais à presença feminina.

De acordo com a ONU, as mulheres são 70% mais assediadas que homens em seus ambientes de trabalho e 1/3 das mulheres do mundo já sofreu algum tipo de violência. A violência verbal, por exemplo, é banalizada e, por isso, difícil de contabilizar. Segundo uma pesquisa realizada pela Ouvidoria da Petrobrás em 2009, as mulheres são as maiores vítimas de assédio moral e sexual na empresa. Entre as entrevistadas, 9,9% afirmaram já terem sido vítimas de assédio sexual e 36,4% delas presenciaram casos de assédio moral. Ambos casos de assédios, além de serem camuflados, ainda são difíceis de denunciar, já que os assediadores contam com o acobertamento das chefias, quando não são elas próprias as responsáveis.

Vários direitos são negligenciados às mulheres petroleiras, tais como: direito de creche no local de trabalho. Em muitas plataformas não há banheiros e vestiários específicos; a licença maternidade não é automática, não é respeitado o período de seis meses e ainda sofrem com uma “seleção camuflada” para os embarques – em muitos casos não conseguem embarcar e têm seus salários menores por conta disso. Nos setores administrativos, nos quais o número de mulheres é grande, os chefes são em maioria homens.

A moeda de troca para as mulheres que se dispõem a crescer profissionalmente é dar um aumento de nível, para que ela não venha cumprir tarefa desejada, como o embarque e funções de destaque na empresa – como acompanhamento de perfuração de poços, chefia de parada nos setores operacionais, entre outras atividades. A gravidez também se torna um receio, muitas vezes as mulheres têm que abrir mão do desejo de ser mãe para manter o posto de trabalho, ou não serem desemplantadas.

Contra a terceirização! Contra a PL 4330!

Ainda para aumentar seus lucros, os capitalistas procuram impor um regime de trabalho que lhes permita maior liberdade para demitir, contratar e pagar salários abaixo do valor da força de trabalho. É nesse sentido que avança a terceirização na economia, ou melhor, operários recebendo salários duas ou três vezes menores e trabalhando duas vezes mais. Estudo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) revelou que os terceirizados trabalham em média três vezes mais por semana do que os contratados diretos e ganham 27,1% menos do que eles. Hoje, o Brasil tem 25% de trabalhadores terceirizados. A Petrobrás, por exemplo, tem 80 mil funcionários da companhia e quase 300 mil terceirizados. No atual ritmo de crescimento da terceirização, é possível que, em dez anos, o número de trabalhadores submetidos a essas condições, ultrapasse o de empregados diretos. Atualmente, vários projetos tramitam no congresso Nacional no sentido de ampliar a terceirização. **Exemplo disso é a PL 4330.**

Modelo de contratação que deveria servir para suprir necessidades específicas e complementares das empresas, jamais a atividade fim, a terceirização é utilizada por muitos patrões como forma de aumentar o lucro e arrancar direitos da classe trabalhadora.

Em 2004, sob a justificativa de regulamentar a contratação de terceirizados, o deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO) apresentou o Projeto de Lei número 4.330, que precariza ainda mais as relações trabalhistas.

O texto já recebeu aval do relator do também deputado Arthur Maia (PMDB-BA), e está para ser votado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC).

O PL permite a contratação de terceirizados em todas as atividades, inclusive na fim, a principal da empresa, que poderá funcionar sem nenhum contratado direto e fragilizará a organização e a representação sindical.

O projeto também permite **a substituição de todos os trabalhadores por terceirizados** como forma de diminuir custos das empresas.

O texto praticamente extingue a responsabilidade solidária, aquela em que a tomadora de serviços não precisará quitar obrigações trabalhistas caso não sejam cumpridas pela contratada.

Sem pressão, o projeto pode ser aprovado e trazer **graves prejuízos à classe trabalhadora.**

O Sindipetro CE/PI em defesa dos campos maduros no mar e em terra

A presença da Petrobras no Estado consolidou-se como um importante fator de estímulo ao desenvolvimento local.

As constantes ameaças de mudanças na legislação coloca em risco as atividades nessas diversas áreas de produção.

O impacto inicial originado pelo significativo corte de investimento e da campanha (petrobras), provocará a desorganização e a desarticulação de parte do atual arranjo produtivo, com repercussão imediata na sobrevivência de empresas prestadoras de serviços e nos níveis de emprego. Por outro lado, para os trabalhadores da Petrobras a incerteza quando ao futuro será a certeza maior. Como se dará esse processo? Serão transferidos? Serão absorvidos em outras atividades?

Com a aceleração dos desinvestimentos nessas áreas, a queda de arrecadação será drástica, afetando a economia do Estado e Municípios. Sem o volume de investimentos necessários a revitalização dos campos, a tendência de diminuição dos volumes de produção acompanhará o declínio.

Os petroleiros do Ceará conclamam que os investimentos nessas áreas sejam preservados e até ampliados, a fim de que a produção nacional de petróleo em terra permaneça para as diferentes regiões do país e de melhorar das condições de vida para a maioria dos brasileiros.